

QUADRO RESUMO	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b> 15901.007802/2025	<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b> Secretaria Municipal de Saúde de São Luís-MA.
<b>OBJETO :</b> Registro de preços a serem consignados em ata para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMES), para atender as demandas do Hospital Dr. Clementino Moura – Socorrão II, Hospital Dr. Odorico Amaral de Mattos – Hospital da Criança e Hospital da Mulher, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/SEMUS.	
<b>TIPO:</b> PREGÃO ELETRÔNICO / SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
<b>VALOR ESTIMADO:</b> R\$ 1.941.772,95	
<b>SIGILOSO:</b> NÃO	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES:</b> R\$ 0,01
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b> MENOR PREÇO POR GRUPO	<b>QUANTIDADE DE GRUPOS:</b> 2
<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO:</b> POR GRUPO	<b>FORMA DE FORNECIMENTO:</b> GLOBAL
<b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO E FECHADO	
<b>EXIGE AMOSTRA:</b> NÃO	<b>EXIGE PROVA DE CONCEITO:</b> NÃO

## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1.** Registro de preços a serem consignados em ata para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMES), para atender as demandas do Hospital Dr. Clementino Moura – Socorrão II, Hospital Dr. Odorico Amaral de Mattos – Hospital da Criança e Hospital da Mulher, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/SEMUS, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento,

### 1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

**1.2.1.** A descrição do objeto, bem como as especificações técnicas e os quantitativos estimados estão discriminados no Apêndice I parte integrante deste Termo de Referência.

### 1.3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

**1.3.1.** Os materiais a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem licitados por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

### 1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

**1.4.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir

da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos do artigo 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

**1.4.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado nos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **1.5. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**1.5.1.** O prazo de entrega será de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento em forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**1.5.2.** O objeto licitado deverá ser entregue nas Centrais de Materiais e Esterilização (CME) dos Hospitais:

**1.5.2.1.** Hospital de Urgência e Emergência Dr. Clementino Moura – Socorrão II, localizado na Avenida Tancredo Neves, 3685, Estrada da Mata – Bairro Cidade Operária, São Luís – MA;

**1.5.2.2.** Hospital Drº Odorico Amaral de Mattos – Hospital da Criança, localizado na Avenida dos Franceses, S/N, bairro Alemanha, São Luís – MA;

**1.5.2.3.** Hospital da Mulher localizado na Avenida dos Portugueses s/n, Bairro Anjo da Guarda, CEP: 65.081-401 São Luís/MA.

**1.5.3.** As entregas deverão ocorrer das 07h00min às 19h00min, horário local, de domingo a domingo, inclusive feriados.

**1.5.4.** Os produtos devem apresentar nos rótulos todas as informações, em língua portuguesa, constando dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade.

**1.5.5.** Os OPMEs assim como os itens inclusos, como instrumentais e equipamentos, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 4 (quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **1.6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**1.6.1.** A solicitação de OPMEs necessária para a composição do mapa cirúrgico eletivo poderá ser realizada com até uma semana de antecedência, sendo enviado, via e-mail, pela Central de Material Estéril (CME) de cada hospital.

**1.6.2.** A empresa deverá responder formalmente as solicitações para o e-mail da CME de cada unidade em até 48 horas a contar do horário do envio.

**1.6.3.** A entrega dos referidos materiais, listados no planejamento semanal de cirurgias eletivas, devem ser entregues no horário de 07:00h às 19:00h, na CME de cada hospital, com antecedência mínima 48 horas do dia da cirurgia programada.

**1.6.4.** A unidade administrativa competente da CME, de cada hospital, acompanhará a qualidade e quantidade do objeto entregue, que deverá estar em conformidade com o solicitado e com os termos do contrato. Em caso de OPMEs que

não estão em boas condições de uso, os mesmos deverão ser devolvidos de imediato para empresa para que efetue seu reparo ou substituição em tempo hábil.

#### **1.7. DAS CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO**

**1.7.1.** Os produtos deverão ser acondicionados conforme praxe do fabricante garantindo sua integridade até o uso, rotulado de acordo com a legislação vigente.

**1.7.2.** As embalagens devem efetivamente proteger seu conteúdo contra choques e intempéries, ação de luz, poeira e umidade, constando referência, marca do fabricante e garantia, se for o caso.

#### **1.8. DA GARANTIA**

**1.8.1.** A garantia dos materiais será de, no mínimo, 12 (doze) meses a partir da data de recebimento definitivo pela Comissão de Recebimento designada pela Contratante.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

#### **2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.1.** Considerando a Portaria nº 1.365/2013, do Ministério da Saúde, que Aprova e institui a Linha de Cuidado ao Trauma na Rede de Atenção às Urgências e Emergências e estabelece a Rede de Atendimento Hospitalar ao Trauma, objetivando ampliar e qualificar o acesso humanizado e a atenção integral ao paciente traumatizado.

**2.1.2.** Considerando que, conforme disposto no Manual Instrutivo de Atenção ao Trauma do Ministério da Saúde, existe a necessidade da rápida identificação da gravidade do trauma que o paciente sofreu e a rápida resolução de quadros clínicos de risco para reduzir sequelas.

**2.1.3.** Considerando a Portaria nº 1.161/2005, do Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Neurológica, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão e tem como um de seus componentes fundamentais a alta complexidade como forma de garantir o acesso aos procedimentos neurológicos, neurointervencionistas e neurocirúrgicos, visando alcançar impacto positivo na sobrevida, na morbidade e na qualidade de vida.

**2.1.4.** Considerando que a neurocirurgia é uma especialidade médica altamente complexa, exigindo condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados à prestação de assistência especializada a portadores de doenças neurológicas.

**2.1.5.** Considerando que as doenças vasculares representam um grave problema de saúde que pode resultar na perda de segmentos do corpo e, em casos extremos, na morte do paciente, assim, é vital a realização de procedimentos de revascularização. Esses procedimentos são essenciais para proteger a integridade dos membros e da vida do paciente.

**2.1.6.** Considerando que o Hospital Municipal de Urgência e Emergência Dr. Clementino Moura - Socorrão II é habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, por meio da portaria nº 378 de 13 de Abril de 2016.

**2.1.7.** Considerando que este é o maior hospital de trauma-ortopedia do município

de São Luís/MA, com um volume de cirurgias mensais de 800 (oitocentos) procedimentos em média, sendo que a traumatologia e ortopedia responde por mais de 50% (cinquenta por cento) do volume total de cirurgias realizadas no hospital.

**2.1.8.** Considerando que o Hospital da Mulher realiza diversos procedimentos cirúrgicos, sendo referência em neurocirurgia para o Município de São Luís/MA, tendo realizado aproximadamente 900 cirurgias neurológicas no ano de 2024..

**2.1.9.** Considerando que o Hospital Dr. Odorico Amaral de Mattos – Hospital da Criança, após uma grande reforma e ampliação de seus serviços, inaugurou em dezembro/2023 o seu centro cirúrgico com quatro salas operatórias para cirurgias ortopédicas e neurológicas.

**2.1.10.** Considerando que os hospitais mencionados acima têm fundamental importância no atendimento à saúde da população, recebendo um grande contingente populacional, atendendo não apenas a população deste município, como também supre as necessidades de grande demanda advinda de cidades do interior do Estado, com patologias complexas, realizando tratamento e intervenções tanto em caráter eletivo quanto emergencial.

**2.1.11.** Considerando que o Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), do Ministério da Saúde, define as OPME como insumos utilizados na assistência à saúde e relacionados a uma intervenção médica, odontológica ou de reabilitação, diagnóstica ou terapêutica.

**2.1.12.** Considerando o arquivamento do processo licitatório nº 15901.003082/2024 devido necessidade de adequação processual e reanálise quanto ao comportamento mercadológico.

**2.1.13.** Considerando que as Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) são materiais estratégicos de suporte às ações de saúde, atendendo aos usuários com os mais diversos tipos de lesões e que sem eles não é possível a realização de diversas cirurgias complexas, ocasionando interrupções no tratamento, comprometendo o atendimento e aumentando o risco iminente de morte de diversos usuários atendidos pelo Sistema Municipal de Saúde.

**2.1.14.** Também é necessário atender ao Plano Anual de Saúde – PAS 2022/2025 que estabelece as intenções e resultados a serem alcançados durante a atual gestão e seus ajustes anuais que venham a ser necessários, oriundo das Programações Anuais da Saúde - PAS e resultados refletidos nos próximos Relatórios Anuais de Gestão que orientam os trabalhos das equipes de saúde sendo aprimorados à luz das mudanças da realidade municipal.

**2.1.15.** Cabe ao Gestor Municipal prover as condições necessárias para o atendimento à saúde de sua população, onde o mesmo organizou seus equipamentos de saúde distribuídos nos distritos sanitários que compõem o Município de São Luís, com o intuito de qualificar e ampliar o acesso universal, as ações e serviços de saúde, em tempo oportuno, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população ludovicense.

**2.1.16.** A Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/SEMUS possui como objetivo prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária, tendo como responsabilidade oferecer assistência

segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se as exigências legais, de modo a proporcionar atendimento seguro e de qualidade, facilitando assim a atuação dos diversos profissionais e proporcionando condições favoráveis de trabalho.

**2.1.17.** Diante disso é imprescindível o fornecimento de Órtese, Prótese e Materiais Especiais – OPME e correlatos visando atender às necessidades do serviço cirúrgicos do Hospital Municipal de Urgência e Emergência Dr. Clementino Moura - Socorrão II, Hospital Dr. Odorico Amaral de Mattos – Hospital da Criança e Hospital da Mulher, unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, para garantir a manutenção do estoque mínimo, evitando a descontinuidade dos serviços, considerando que a falta destes inviabiliza a assistência prestada pelas equipes de saúde.

## **2.2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

**2.2.1.** A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, número 2129, ID 06307102000130-0-000005/2026, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível através do link <https://pncp.gov.br/app/pca/06307102000130/2026/5>, demonstrando-se, assim, o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

## **2.3. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

**2.3.1.** O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções. No que concerne aos itens relacionados no Estudo Técnico Preliminar, há necessidade de manutenção do estoque para funcionamento das Unidades de Saúde do Município.

**2.3.2.** Quanto aos OPME e correlatos, a única alternativa viável para seu fornecimento às Unidades de Saúde é a aquisição, visto que são materiais de consumo, de uso único/descartável, não cabendo assim um regime de locação.

**2.3.3.** Foi observado através do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) que para a aquisição de materiais médicos hospitalares, os estabelecimentos de saúde congêneres, em especial os hospitais e as entidades públicas, realizam a contratação por meio de Pregão Eletrônico, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

**2.3.4.** O objeto deste termo de referência não apresenta complexidade técnica superior que justifique consulta pública para a definição de solução técnica mais adequada, tendo em vista que os bens a serem adquiridos apresentam características comuns do mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais.

**2.3.5.** O mercado oferece regularmente oferta a estes insumos, com grande diversidade de fabricantes e potenciais fornecedores, como pôde ser averiguado nos pregões anteriores realizados por esta Secretaria (P.E nº 045/2021, 084/2022 e 186/2022) e demais órgãos públicos. Portanto, diversas empresas podem atender ao objeto pretendido, por se tratar de itens de natureza comum, disponíveis no mercado.

**2.3.6.** Considerando também que há necessidade de fornecimento de equipamentos e instrumentais cirúrgicos, vislumbrou-se três possibilidades:

2.3.6.1. Solução 1 – Aquisição dos equipamentos e instrumentais;

2.3.6.2. Locação dos equipamentos e instrumentais;

2.3.6.3. Aquisição de OPME com cessão gratuita dos equipamentos e instrumentais cirúrgicos.

### **2.3.7. Análise das Soluções**

2.3.7.1. Solução 1 – Para tal solução seria necessário, além do investimento inicial, a previsão de contratação de empresa especializada na manutenção dos equipamentos, bem como futuras aquisições para os equipamentos com defeitos não passíveis de conserto. Tal contratação, poderia ser realizada por meio de Pregão Eletrônico (PE), na modalidade Registro de Preços ou adesão a Atas de Registro de Preços (ARP) de outros órgãos da administração pública federal, requerendo criteriosa análise dos bens a serem adquiridos (se iguais aos pretendidos), posicionamento favorável das empresas vencedoras e do órgão gerenciador da ARP e disponibilidade de quantidade almejada.

2.3.7.2. Solução 2 – Para o fornecimento dos equipamentos e instrumentais através do regime de locação poderia ser realizada através de Pregão Eletrônico (PE), na modalidade Registro de Preços ou adesão a Atas de Registro de Preços (ARP) de outros órgãos. Neste tipo de contratação já é previsto a manutenção preventiva e corretiva, com substituição de matérias com defeitos.

2.3.7.3. Solução 3 – Para o levantamento de mercado desta solução, a aquisição de OPMEs com cessão gratuita dos equipamentos e instrumentais, baseou-se nas últimas licitações realizadas por esta Administração, conforme citado acima. Esta contratação inclui, além da aquisição de OPMEs, o regime de cessão gratuita de todos os materiais necessários, com manutenção preventiva e corretiva, bem como sua substituição em casos de defeitos.

### **2.3.8. Conclusão da Análise**

2.3.8.1. Através das considerações acima, optou-se pela Solução 3 devido a mesma não gerar custos adicionais para a Administração, pois garante o fornecimento dos equipamentos e instrumentais, sem despesas de aquisição ou locação como foi demonstrado nas análises das soluções.

2.3.8.2. Assim, busca-se assegurar economia, eficiência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, alinhada aos princípios da Lei n.º 14.133/2021.

2.3.8.3. Acrescentado a isso, verificou-se que esta Administração, em geral, procede à aquisição do material para atendimento de suas necessidades, por meio de Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preço (SRP).

2.3.8.4. Desta forma, optou-se pelo Pregão SRP, pela necessidade de contratações frequentes, previsão de entregas parceladas, pela dificuldade em definir previamente o quantitativo exato a ser demandado e pela economia de recursos pois não há obrigatoriedade de reserva orçamentária prévia, em conformidade ao Decreto Municipal nº 62.276/2026, no seu Art. 1.

## **2.4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES:**

2.4.1. Os quantitativos estabelecidos foram baseados no histórico de consumo dos

materiais em procedimentos realizados no ano de 2023 e 2024 pelos Hospitais Municipais, levando-se em consideração os pregões anteriores realizados por esta Administração, P.E nº 045/2021 e 084/2022 do Hospital da Mulher e P.E nº 186/2022 do Hospital Dr. Clementino Moura – Socorrão II.

**2.4.2.** Quanto ao quantitativo solicitado para o Hospital da Criança, foram considerados o P.E nº 002/2023, visto que o mesmo recebia a demanda de cirurgias neurológicas pediátricas.

## **2.5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO:**

**2.5.1.** Optou-se pelo agrupamento dos itens pois são materiais utilizados conjuntamente. A mistura de materiais, além da possível incompatibilidade de instrumentais e da possibilidade da falha da entrega no tempo necessário, poderá incidir a erros técnicos na sua aplicação, uso e suspensão do procedimento cirúrgico, podendo gerar problemas na operação de pacientes e graves consequências ao mesmo.

**2.5.2.** Os produtos poderão ser solicitados em quantidades fracionadas e/ou parceladas ao longo do ano, à medida que houver a solicitação das unidades de saúde, de modo a atender a necessidade da Administração, evitando prejuízos em relação ao prazo de validade.

## **2.6. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

**2.6.1.** A aquisição tem como objetivo fornecer os materiais indispensáveis à utilização em procedimentos cirúrgicos à pacientes do SUS, através da SEMUS, garantindo condições regulares e seguras de abastecimento e, consequentemente fornecer uma assistência de qualidade aos pacientes atendidos nos Hospitais Municipais de São Luís.

**2.6.2.** Se almeja ainda com a contratação:

2.6.2.1. Redução do número de contratações através de dispensa durante o exercício financeiro;

2.6.2.2. Redução dos custos operacionais e de estoques;

2.6.2.3. Agilidade e otimização nas contratações públicas;

2.6.2.4. Eficácia, eficiência e economicidade quanto aos recursos públicos.

## **2.7. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:**

**2.7.1.** Com base na análise aprofundada dos aspectos técnicos, operacionais, orçamentários e das necessidades identificadas na demanda de contratação, apresentamos um parecer favorável à aquisição dos equipamentos hospitalares.

**2.7.2.** Os principais pontos que fundamentam essa recomendação são:

2.7.2.1. **Viabilidade Técnica:** A solução atende aos requisitos técnicos e especificações detalhadas neste Estudo, incluindo capacidade de tratamento de diversas demandas clínicas.

2.7.2.2. **Viabilidade Operacional:** A aquisição dos OPME é vital para aprimorar os serviços, proporcionando maior eficiência operacional, reduzindo tempos de espera e contribuindo para a excelência no atendimento aos pacientes.

**2.7.2.3. Viabilidade Orçamentária:** O orçamento previsto para a aquisição é consistente e alinhado com as práticas de mercado e previsão no Plano de Contratações Anuais.

**2.7.2.4. Adequação à Necessidade Identificada:** A aquisição dos OPME está em total consonância com a necessidade identificada na demanda de contratação, proporcionando uma solução integral, modernizando os serviços de saúde e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população atendida.

**2.7.3.** Diante das considerações, e com base na análise de risco, a contratação da solução de aquisição de OPME, com cessão gratuita de equipamentos e instrumentais cirúrgicos é altamente recomendada. Esta aquisição não apenas atenderá às demandas atuais, mas também pavimentará o caminho para uma prestação de serviços de saúde mais eficiente e avançada, alinhada aos princípios da administração pública moderna.

## **2.8. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:**

**2.8.1.** A Legislação de regência deste Termo de Referência, bem como dos demais atos pertinentes ao processo de licitação e contratação é a seguinte: Leis Federais n.ºs 14133/2021; Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014 e Decretos Municipais n.ºs 60.155/2024 e 62.276/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A solução sugerida é contratação de empresa especializada no fornecimento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), para atender as demandas do Hospital Dr. Clementino Moura – Socorrão II, Hospital Dr. Odorico Amaral de Mattos – Hospital da Criança e Hospital da Mulher, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/SEMUS.

**3.2.** Tal solução é similar à adotada por outros órgãos da administração e comum ao mercado de fornecedores, conforme demonstrado nos itens anteriores.

**3.3.** Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.

**3.4.** Como justificativa, a aquisição dos OPMEs garantirá o estoque regular de materiais imprescindíveis e contribuirá para a realização de diversas cirurgias, cujas demandas, por vezes, são eventuais e imprevistas, salvando vidas e melhorando a qualidade de vida dos pacientes e usuários do SUS, bem como adequação às exigências normativas.

**3.5.** A contratação deverá ser realizada através da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preço, pela flexibilidade de sua metodologia prática e jurídica, bem como por não ser possível, pela natureza do objeto, definir previamente o quantitativo exato, necessário para o atendimento da demanda desta Administração. Esse tipo de contratação permite a participação de vários fornecedores no mercado nacional aptos a fornecer os itens necessários, conforme as especificações apresentadas, visando assim a obtenção da melhor proposta e menor preço,



consequentemente economia para esta Administração Pública, estando assim em consonância com o Decreto Municipal nº 62.276/2026, Art. 1, que trata do Sistema de Registro de Preço.

**3.6.** Assim, resta demonstrado de forma objetiva que a solução escolhida é a única apta a atender Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência, nos termos dos Acórdãos TCU 2383/2014 e 214/2020-Plenário:

A Administração, por ocasião do planejamento de suas contratações, deve identificar previamente à elaboração das especificações técnicas e à cotação de preços, um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que possam atender completamente suas necessidades, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.

#### **4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Sobre a adoção do SRP, o art. 1 do Decreto Municipal nº 62.276/2026, dispõe o seguinte:

§ 1º. O SRP será adotado preferencialmente quando:

- I - contratações frequentes em razão das características do bem ou serviço;
- II - entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa;
- III - atendimento a múltiplos órgãos ou entidades ou a programas de governo;
- IV - impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.

**4.2.** Diante da necessidade de parcelamento das entregas conforme a demanda que possui natureza estimada ajustadas à realidade orçamentária/financeira do órgão, faz-se necessário o uso do Sistema de Registro de Preços, o qual, além das razões mencionadas, permite a otimização do espaço disponível para armazenamento do material. A compra integral dos materiais demandaria um espaço físico deveras elevado se a aquisição ocorresse em parcela única, não havendo espaço disponível para isso.

**4.3.** Diante do exposto, a presente aquisição será processada por meio de Sistema de Registro de Preços.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 13, INCISO I, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 60.155, DE 2024):**

**5.1.1.** Na presente contratação não serão indicadas marcas.

**5.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS:**

**5.2.1.** Não serão exigidas amostras.

**5.3. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

**5.3.1.** Não será exigida carta de solidariedade.

**5.4. CONSÓRCIO**

**5.4.1.** É admitida a participação de consórcios.

**5.5. SUBCONTRAÇÃO**

**5.5.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5.6. GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**5.6.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que, não se aplica a nenhuma hipótese prevista no inciso I do referido decreto.

- I. sugerida para contratações de serviços de caráter pontual e continuado, fornecimento contínuo de bens ou em contratações de serviços de engenharia ou de obras que exponham a Administração Pública Municipal a riscos, com valor estimado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

## **5.7. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:**

**5.7.1.** Deverão ser observadas e adotadas as previsões da RDC nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências..

## **5.8. IMPACTOS AMBIENTAIS:**

**5.8.1.** O consumo de materiais hospitalares gera impactos ambientais voltados a sua utilização e descarte. As solicitações parceladas reduzem consideravelmente o risco de desperdício decorrente de oscilações na demanda. Os materiais após utilização devem ter disposição final adequada, segundo a RDC ANVISA 222/2018 e seu grupo de classificação. No geral, são destinados ao aterro de resíduos perigosos (vala séptica para lixo hospitalar), sem causar danos ou riscos à saúde pública, minimizando os impactos ambientais e utilizando procedimentos específicos para o confinamento destes.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.1.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**6.1.1.1.** Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**6.1.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**6.1.1.3.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

6.1.1.4. Obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção.

6.1.1.5. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente compra junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante os mesmos.

6.1.1.6. Os custos com substituição de produtos apresentados em desacordo com as especificações técnicas, correrão por conta da Contratada.

6.1.1.7. Quando da formalização do instrumento de contrato poderão ser previstos outros direitos e obrigações a critério da administração, no termos da lei e do Edital.

6.1.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.

6.1.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto.

6.1.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.1.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

6.1.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

6.1.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.1.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**6.2.1.** São obrigações do Contratante além das constantes todas as obrigações deste termo de referência, edital e seus anexos;

6.2.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada;

6.2.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.2.1.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.2.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

6.2.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.1.6. Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

6.2.1.7. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

6.2.1.7.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

6.2.1.7.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela contratada;

6.2.1.7.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da contratada;

6.2.1.7.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

6.2.1.7.5. demandar a funcionário da contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

6.2.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;

6.2.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.2.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2.1.9.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.2.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **6.3. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**6.3.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de

declaração ou de aceitação expressa.;

**6.3.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**6.3.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**6.3.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**6.3.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**6.3.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**6.3.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**6.3.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**6.3.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**6.3.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**6.3.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**6.3.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**6.3.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **6.4. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**6.4.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- e) fraudar a licitação.
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**6.4.2.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- g) der causa à inexecução parcial do contrato;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- i) der causa à inexecução total do contrato;
- j) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- k) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- l) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- m) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- n) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

**6.4.3.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência

II. Multa:

- a. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- b. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo **5% (cinco por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - b.1. O atraso superior a **30 dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei 14.133, de 2021
- c. compensatória de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III. Impedimento de licitar e contratar

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**6.4.4.** A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.4.5.** Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.4.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.4.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.4.5.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**6.4.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**6.4.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**6.4.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**6.4.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a

obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.4.10.** O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.4.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**6.4.12.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**7.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**7.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**7.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**7.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **7.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**7.7.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**7.7.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos



observados; Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**7.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**7.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**7.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **7.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**7.8.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**7.8.2.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**7.8.3.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

## **7.9. GESTOR DO CONTRATO**

**7.9.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**7.9.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**7.9.3.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**7.9.4.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**7.9.5.** O setor de contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**7.9.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **8.1. LIQUIDAÇÃO:**

**8.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

**8.1.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.1.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**8.1.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.1.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**8.1.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.1.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**8.1.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **8.2. PRAZO DE PAGAMENTO:**

**8.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

**8.2.2.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$365$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da Parcela em atraso.

## **8.3. FORMA DE PAGAMENTO**

**8.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**8.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.3.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.3.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **8.4. DO REAJUSTE**

**8.4.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**8.4.2.** Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.4.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.4.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.4.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.4.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.4.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.4.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

##### **9.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**9.1.1.** Será adotado o critério de MENOR PREÇO por GRUPO para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

**9.1.2.** No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

**9.1.3.** Será adotado o modo de disputa ABERTO / FECHADO.

**9.1.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 ( um centavo ).

**9.1.5.** Do quantitativo mínimo a ser cotado, de acordo com o artigo 82, inciso II da lei nº 14133/2021.

**9.1.5.1.** Devem ser consideradas as quantidades mínimas de 100% (cem por cento)

do solicitado.

## **9.2. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

### **9.2.1. As licitantes deverão apresentar:**

9.2.1.1. Catálogos e material (is) ilustrativo (s) original (is) ou cópia (s) em português, referente (s) ao (s) modelo (s) ofertado (s), comprobatório (s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

9.2.1.2. Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro do prazo de validade em nome do fabricante, conforme art. 12 da Lei nº. 6.360/1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

9.2.1.2.1. Caso o registro esteja vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da supracitada Lei.

## **10. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO**

### **10.1. QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

10.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.1.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.1.3. Certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.1.4. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

10.1.5. Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

10.1.6. CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do seu prazo de validade.

10.1.7. CNDT – Certidão de Negativa de Débito Trabalhista.

10.1.8. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

10.1.9. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

## **10.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**10.2.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

**10.2.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

**10.2.3.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**10.2.4.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ;

III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .

10.2.4.1. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**10.2.5.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.2.5.1. A exigência de índices está se limitando à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato.

10.2.5.2. Ressalta-se, ainda, que os índices e valores solicitados são usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira pela corte suprema de contas do Brasil. Ademais, não está sendo exigida a comprovação de rentabilidade ou lucratividade, através dos índices, mas, tão somente, a demonstração que a licitante será capaz de arcar com o contratado pela administração.

10.2.5.3. Assim, os índices adotados são capazes de indicar se a empresa possui recursos disponíveis (bens e direitos realizáveis a curto prazo) para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo. Logo, eles medem a solvência da empresa, inclusive medem a capacidade da empresa para saldar suas dívidas. O Índice de Liquidez Corrente (LC), em especial, é o índice que reflete a situação dos compromissos financeiros de curto prazo em face ao ativo realizável de curto prazo. A relação deve ser superior a UM (1), pois assim demonstra que a empresa possui recursos suficientes para saldar seus compromissos financeiros vencidos a curto prazo. Observa-se que se o índice obtido for igual a um, demonstra a capacidade de solvência necessária para cumprir com seus

compromissos de curto prazo. E quando superior, indica folga para tomada de decisões.

**10.2.6.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**10.2.7.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

### **10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**10.3.1.** Para fins de habilitação técnica, serão exigidos os seguintes documentos:

10.3.1.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade (original ou cópia com selo de autenticidade) em nome do licitante:

10.3.1.2. Em caso de Licença Sanitária Vencida, a Licitante deverá: apresentar cópia com selo de autenticidade, atualizada e legível da solicitação (Protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia da Licença Sanitária vencida, desde que atenta ao Art. 25 da Lei Nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. " A revalidação de licença deverá ser requerida nos primeiros 120 (cento e vinte) dias de cada exercício.

**10.3.2.** Autorização de Funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA), em nome do licitante, através de cópia legível da sua publicação no DOU ou cópia emitida eletronicamente através do sitio da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária ou ainda comprovação de dispensa..

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**11.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.941.772,95** (um milhão, novecentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos) conforme custos unitários apostos no Apêndice I.

## **12. DOS APÊNDICES**

**12.1.** Integra este termo de referência :

**APÊNDICE I – Planilha Descritiva e Orçamentária.**

**São Luís, 15 de junho de 2026.**

**ELABORADOR:**

**Walastane Nicácio Martins**  
Consultor de Compras/SUCOMP  
Matrícula: 65218

**CIENTE:**

**Diego de Jesus Abreu Mota**  
Coordenador de Compras e Contratos / SUCOMP  
Matricula: 48.111

**APÊNDICE I**  
**PLANILHA DESCRITIVA e ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>GRUPO 1 - PLACA BLOQUEADAS E COMPLEMENTOS</b>						
1	PLACA BLOQUEADA PARA ÚMERO PROXIMAL EM AÇO 3,5MM (INCLUI PARAFUSO)	435696	UND	208	R\$ 2.740,33	R\$ 569.988,64
2	PLACA BLOQUEADA RETA 3,5MM EM AÇO (INCLUI PARAFUSOS)	435255	UND	24	R\$ 2.015,00	R\$ 48.360,00
3	PLACA BLOQUEADA 3.5MM EM AÇO (RADIO DISTAL - INCLUI PARAFUSOS)	435705	UND	50	R\$ 4.326,00	R\$ 216.300,00
4	PLACA DE RECONSTRUÇÃO BLOQUEADA 4.5MM EM AÇO (INCLUI PARAFUSOS)	435362	UND	12	R\$ 2.126,48	R\$ 25.517,76
5	PLACA BLOQUEADA RETA 4.5MM ESTREITA EM AÇO (INCLUI PARAFUSOS)	441450	UND	30	R\$ 2.648,87	R\$ 79.466,10
6	PLACA BLOQUEADA RETA 4.5MM LARGA EM AÇO INCLUI PARAFUSOS	441563	UND	30	R\$ 2.350,00	R\$ 70.500,00
7	PLACA BLOQUEADA DE FEMUR DISTAL 4.5	435756	UND	50	R\$ 4.626,67	R\$ 231.333,50
8	PLACA BLOQUEADA EM L PARA TIBIA PROXIMAL (INCLUIR PARAFUSOS)	444007	UND	36	R\$ 2.578,61	R\$ 92.829,96
9	PLACA BLOQUEADA EM T TIBIA PROXIMAL (INCLUIR PARAFUSOS)	443621	UND	36	R\$ 2.527,78	R\$ 91.000,08
10	PLACA BLOQUEADA TIBIAL DISTAL (INCLUI PARAFUSOS)	435680	UND	36	R\$ 3.579,08	R\$ 128.846,88
11	PLACA BLOQUEADA CALCÂNEO (INCLUIR PARAFUSO)	440305	UND	24	R\$ 3.960,33	R\$ 95.047,92
12	PARAFUSO CORTICAL AUTOROSQUEANTE 4.5MM EM AÇO	443323	UND	25	R\$ 103,16	R\$ 2.579,00
13	PARAFUSO CORTICAL AUTOROSQUEANTE 5.0MM EM AÇO	443323	UND	50	R\$ 103,16	R\$ 5.158,00



14	PARAFUSO ESPONJOSO 4.0MM ROSCA TOTAL EM AÇO	436638	UND	50	R\$ 123,53	R\$ 6.176,50
15	ÂNCORA EM TITÂNIO 2,8MM	440578	UND	37	R\$ 852,30	R\$ 31.535,10
16	ÂNCORA EM TITÂNIO 4,0MM	443211	UND	37	R\$ 923,33	R\$ 34.163,21
17	ÂNCORA EM TITÂNIO 5,08MM	443208	UND	38	R\$ 920,00	R\$ 34.960,00
VALOR TOTAL GRUPO 1						R\$ 1.763.762,65
GRUPO 2 - OPME VASCULAR						
18	PRÓTESE DE DACRON BIFURCADA (TAMANHO 22mm X 11mm)	447216	UND	10	R\$ 1.854,65	R\$ 18.546,50
19	PRÓTESE DE DACRON BIFURCADA (TAMANHO 20mm X 10mm)	447219	UND	10	R\$ 1.679,62	R\$ 16.796,20
20	PRÓTESE DE DACRON BIFURCADA (TAMANHO 18mm X 9mm)	447221	UND	10	R\$ 1.679,62	R\$ 16.796,20
21	PRÓTESE VASCULAR DE PTFE (TAMANHO 6mm X 50 cm)	447364	UND	20	R\$ 3.182,91	R\$ 63.658,20
22	PRÓTESE VASCULAR DE PTFE (TAMANHO 7mm X 50 cm)	447348	UND	20	R\$ 3.110,66	R\$ 62.213,20
VALOR TOTAL GRUPO 2						R\$ 178.010,30
VALOR GLOBAL (GRUPOS 1 E 2)						R\$ 1.941.772,95